

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.

Relatório e Contas
31 de dezembro de 2018

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.

**RUA MANUEL PINTO DE AZEVEDO, 272 • 4100-320 PORTO • TEL. 226 194 600 • FAX 226 194 692 • e-mail: info@rara.pt • www.rara.pt
CAPITAL SOCIAL EUR 21 000 000 • MATRIC. 2ª C.R.C. PORTO / N.I.P.C. 500 225 559**

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	58
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	61

RELATÓRIO DE GESTÃO

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

De uma forma mais ou menos sincronizada assistiu-se em 2018 ao aumento do PIB um pouco por todo o mundo, no entanto este crescimento tornou-se um pouco divergente apesar de ainda robusto, mais para o final do ano, especialmente nos mercados emergentes, com riscos que se começaram a materializar relacionados com o protecionismo comercial, tensões geopolíticas, incertezas quanto à política doméstica e vulnerabilidades financeiras. As economias mais avançadas beneficiaram do impulso gerado por uma economia dos EUA dinâmica e impulsionada pelo estímulo fiscal, pelo mercado de trabalho e pelo sentimento positivo generalizado. O aumento dos preços do petróleo foi uma sombra adicional para os países importadores de petróleo. O Índice de Atividade dos Gerentes de Compras (PMI) industrial perdeu força desde o início do ano, refletindo a suavização global da produção, apesar do setor dos serviços ter desacelerado apenas a partir do terceiro trimestre do ano.

A expansão económica na zona euro registou um abrandamento devido, em grande medida, ao enfraquecimento do comércio mundial. Após um forte dinamismo em 2017, a produtividade do trabalho abrandou em 2018, refletindo o enfraquecimento da atividade. A redução do crescimento está relacionada principalmente com um menor impulso do comércio externo, tendo sido impulsionado sobretudo por fatores do lado da procura. A utilização da capacidade produtiva manteve-se acima da sua média de longo prazo e as condições de financiamento deverão permanecer favoráveis. Em 2018 foram adotadas medidas discricionárias de carácter expansionista devido a cortes nas contribuições para a segurança social e nos impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas, no entanto, o estímulo resultante destas medidas foi compensado pelo dinamismo das receitas dos impostos diretos.

A economia portuguesa continuou em expansão, embora de forma mais moderada do que em 2017, mas acompanhando a evolução cíclica da área do euro, apesar da atividade na zona euro, onde se concentram a maior parte das exportações portuguesas, ter abrandado face ao ano anterior. O comércio mundial e a procura externa dirigida a Portugal desaceleraram, num contexto de aumento de tensões protecionistas a nível global. Por outro lado, a política monetária do BCE consentiu acomodar alguma volatilidade nos mercados financeiros e a apreciação do euro, permitindo que as condições monetárias e financeiras na área do euro e em Portugal se mantivessem favoráveis. A desaceleração da economia portuguesa é em larga medida reflexo do abrandamento da atividade na indústria e na construção. O dinamismo do consumo privado continuou a refletir o crescimento rendimento disponível das famílias e os níveis elevados da confiança dos consumidores. O nível de utilização da capacidade produtiva na indústria transformadora e nos serviços tem vindo a aumentar, aproximando-se dos níveis registados antes do eclodir da crise económica e financeira internacional

ENQUADRAMENTO DO SECTOR DE ATIVIDADE

Os primeiros 9 meses de 2018 dizem respeito à primeira campanha açucareira da UE já em regime sem quotas de beterraba e sem limites à respetiva exportação. A reação do mercado a esta nova conjuntura foi de alguma irracionalidade económica, trazendo muita instabilidade ao setor.

Esta instabilidade foi agravada pela forte descida dos preços do mercado mundial e pela grande quantidade de produção na UE, que logo na primeira campanha em fim de quotas resultou em mais de 21 milhões de toneladas de açúcar, pressionando os preços de venda do açúcar, dentro do espaço comunitário, principalmente a partir do início de 2018, apesar do primeiro trimestre da campanha (outubro a dezembro de 2017) apontar para níveis de preços relativamente interessantes.

Com esta realidade em curso no primeiro semestre de 2018 e com os grandes clientes a contratarem as suas necessidades para a campanha seguinte 2018/2019 entre julho e início de setembro, o mercado manteve o baixo nível dos preços e não antecipou a menor produção de açúcar disponível na campanha que se aproximava (menos de 18 milhões de toneladas), nem a forte subida dos preços em mercado mundial.

Paralelamente, os preços de compra de rama oscilaram muito, tendo estes subido acentuadamente entre o início e o fim da campanha que, conjugado com a necessidade da UE de recorrer a importações devido à forte redução da produção de açúcar e consequente aumento dos prémios de compra de rama, comprimiram as margens de comercialização.

ATIVIDADE

Perante a pressão nos preços de venda, face à necessidade do atingimento de níveis de volume adequados e o resultante aumento do custo da matéria-prima, a margem bruta foi fortemente penalizada. O nível de atividade de refinação rondou as 120.000 toneladas de açúcar. A grande pressão na descida dos preços de venda criou uma erosão no mercado, que não era espectável, e que penalizou os resultados de 2018.

A empresa adquire a rama de cana-de-açúcar no mercado internacional e, portanto, está exposta à cotação desta matéria-prima e ao preço praticado pelas origens preferenciais com acordos definidas pela união europeia. Para mitigar a exposição a este risco, a empresa tem montados mecanismos de monitorização constante para avaliar a compra em conjunto com a sua capacidade de refletir variações significativas do custo da rama no preço de venda do produto acabado.

Apesar do enquadramento menos favorável, a RAR Açúcar conseguiu minimizar as consequências através da diluição dos custos fixos, colocando volume e preços de venda mais ajustados no mercado *spot*.

A componente financeira apresenta uma melhoria relevante, pelo efeito de implementação de medidas que tiveram impacto positivo na gestão desta variável.

Em 2019 a empresa irá dar continuidade à implementação da otimização estratégica do seu plano de negócios e estrutura interna, o que lhe permitirá competir mesmo nos cenários mais adversos e voltar aos resultados positivos.

A empresa tem a sua situação contributiva regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, nos termos da legislação em vigor.

De acordo com o artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informamos que os membros do Conselho de Administração, bem como os membros do órgão de fiscalização, não são detentores de ações da empresa em 31 de dezembro de 2018, nem detiveram quaisquer ações durante o exercício de 2018.

Propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício negativo, no valor de 1.447.465 Euros, seja integralmente transferido para Resultados Transitados.

Único acionista: RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A. – 100% do capital

Porto, 1 de março de 2019

O Conselho de Administração

João Alberto de Lima Martins Pereira

João Miguel Galdes da Silva Carvalho

Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DAS POSIÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	2018	2017
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativo fixo tangível	5	8.193.783	7.009.431
Ativo intangível	6	6.659.552	6.677.697
Propriedades de Investimento	7	2.156.300	2.156.300
Investimentos em empresas associadas	8	791.633	791.633
Investimentos em empresas participadas	9	41.276	41.276
Ativos por impostos diferidos	10	300.443	65.951
Outros ativos não correntes	11	5.414	4.100
Total de ativos não correntes		18.148.401	16.746.388
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	12	9.378.062	13.137.550
Clientes	13	6.947.281	10.806.865
Estado e outros entes públicos	14	387.410	1.147.651
Outras dívidas de terceiros	15	6.498.119	6.087.554
Outros ativos correntes	16	428.421	297.780
Caixa e equivalentes de caixa	17	49.260	97.899
Total de ativos correntes		23.688.553	31.575.299
Total do ativo		41.836.954	48.321.687
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	18	5.000.000	5.000.000
Prestações Suplementares		6.500.000	4.700.000
Reservas legais		3.448.905	3.448.905
Reservas de reavaliação		1.884.540	1.884.540
Outras reservas		4.380.541	4.380.541
Resultados transitados		(16.861.810)	(10.547.023)
Resultado líquido do exercício		(1.447.465)	(6.314.787)
Total do capital próprio		2.904.711	2.552.176
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Outros Empréstimos		-	-
Credores por locações financeiras	20	109.546	133.110
Passivos por impostos diferidos	10	600.086	657.807
Provisões não correntes		3.212	3.212
Total de passivos não correntes		712.844	794.129
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	21	6.949.390	922.817
Outros empréstimos	19	1.499.362	1.500.000
Credores por locações financeiras	20	66.602	63.941
Fornecedores	22	28.394.143	38.986.794
Estado e outros entes públicos	23	71.046	220.553
Outros credores correntes	24	77.895	2.457.772
Outros passivos correntes	25	1.160.961	823.505
Total de passivos correntes		38.219.399	44.975.382
Total do capital próprio e passivo		41.836.954	48.321.687

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

O Contabilista Certificado: Rute Daniela das Neves Lopes da Silva Gonçalves

O Conselho de Administração: João Alberto de Lima Martins Pereira, João Miguel Gerales da Silva Carvalho, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(montantes expressos em euros)

	Notas	2018	2017
Rendimentos operacionais:			
Vendas	29	55.989.747	74.194.338
Prestações de serviços	29	1.676	7.475
Outros rendimentos operacionais	30	1.051.534	886.148
Total de rendimentos operacionais		57.042.957	75.087.961
Gastos operacionais:			
Gastos em vendas	31	41.437.793	56.995.612
Variação da produção	31	235.337	7.615.950
Fornecimentos e serviços externos	32	12.424.136	11.586.244
Gastos com o pessoal	33	2.949.751	3.099.123
Amortizações e depreciações	5 e 6	1.649.280	1.398.484
Provisão e perdas por imparidade	26	27.219	-
Outros gastos operacionais	34	544.759	573.868
Total de gastos operacionais		59.268.275	81.269.281
Resultados operacionais		(2.225.318)	(6.181.320)
Rendimentos financeiros	35	4.847	1.579
Gastos e perdas financeiras	35	509.826	760.497
Resultado relativos a empresas do Grupo	36	393.663	(844.336)
Resultado antes de impostos		(2.336.634)	(7.784.574)
Imposto sobre o rendimento	37	(889.169)	(1.469.787)
Resultado líquido do exercício		(1.447.465)	(6.314.787)
Resultados por ação:			
Incluindo operações em descontinuação			
Básico		(0,29)	(1,26)
Diluído		(0,29)	(1,26)

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

O Contabilista Certificado: Rute Daniela das Neves Lopes da Silva Gonçalves

O Conselho de Administração: João Alberto de Lima Martins Pereira, João Miguel Geraldês da Silva Carvalho, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(montantes expressos em euros)

	2018	2017
Resultado líquido do período	(1.447.465)	(6.314.787)
Itens que serão reclassificados por resultados		
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	-	-
Variação das diferenças de conversão cambial e outras	-	-
	-	-
Itens que não serão reclassificados por resultados		
Variação das reservas de reavaliação	-	-
Outras variações no capital próprio	-	-
	-	-
Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio	-	-
Total dos rendimentos e gastos reconhecidos no período	(1.447.465)	(6.314.787)

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

O Contabilista Certificado: Rute Daniela das Neves Lopes da Silva Gonçalves

O Conselho de Administração: João Alberto de Lima Martins Pereira, João Miguel Geraldês da Silva Carvalho, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(montantes expressos em euros)

	Notas	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		60.777.140	68.977.356
Pagamentos a fornecedores		60.803.055	65.250.086
Pagamentos ao pessoal		2.895.036	3.253.359
Fluxos gerados pelas operações		(2.920.951)	473.911
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		24.780	115.589
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		196.160	221.715
Fluxos das atividades operacionais (1)		(2.700.011)	811.215
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	249.000
Ativos fixos tangíveis		36.870	-
Juros e ganhos similares		214	16.913
Dividendos		393.663	521.500
Empréstimos concedidos	28	3.500	-
		434.247	787.413
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		1.314	-
Ativos fixos tangíveis		3.313.954	1.249.530
Ativos intangíveis		-	-
Empréstimos concedidos	28	-	-
		3.315.268	1.249.530
Fluxos das atividades de investimento (2)		(2.881.021)	(462.117)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Aumento de capital		-	3.500.000
Prestações suplementares		1.800.000	4.700.000
Empréstimos obtidos		41.500.000	45.300.000
		43.300.000	53.500.000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		43.250.000	47.500.000
Amortizações de contratos de locação financeira		70.889	94.826
Juros e gastos similares		473.291	795.126
		43.794.180	48.389.952
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(494.180)	5.110.048
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(6.075.212)	5.459.146
Caixa e seus equivalentes no início do período	17	(824.918)	(6.284.064)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17	(6.900.130)	(824.918)

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

O Contabilista Certificado: Rute Daniela das Neves Lopes da Silva Gonçalves

O Conselho de Administração: João Alberto de Lima Martins Pereira, João Miguel Gerales da Silva Carvalho, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(montantes expressos em euros)

	Capital	Prestações Suplementares	Reservas			Resultados transitados	Resultado líquido	Total
			Legais	Reavaliação	Outras			
Saldo em 1 de janeiro de 2017	1.500.000	-	3.448.905	1.884.540	4.380.541	(7.044.074)	(3.502.949)	666.963
Aplicação do resultado líquido de 2016								
Transfer. para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	-	-	(3.502.949)	3.502.949	-
Outras variações capitais próprios	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento do capital	3.500.000	4.700.000	-	-	-	-	-	8.200.000
Rendimento integral do exercício de 2017	-	-	-	-	-	-	(6.314.787)	(6.314.787)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.000.000	4.700.000	3.448.905	1.884.540	4.380.541	(10.547.023)	(6.314.787)	2.552.176
Aplicação do resultado líquido de 2017								
Transfer. para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	-	-	(6.314.787)	6.314.787	-
Outras variações capitais próprios	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento do capital	-	1.800.000	-	-	-	-	-	1.800.000
Rendimento integral do exercício de 2018	-	-	-	-	-	-	(1.447.465)	(1.447.465)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.000.000	6.500.000	3.448.905	1.884.540	4.380.541	(16.861.810)	(1.447.465)	2.904.711

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

O Contabilista Certificado: Rute Daniela das Neves Lopes da Silva Gonçalves

O Conselho de Administração: João Alberto de Lima Martins Pereira, João Miguel Gerales da Silva Carvalho, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A. (“Empresa” ou “RAR Açúcar”) é uma sociedade anónima, com sede no Porto, constituída em 20 de março de 1962 e que tem como atividade principal a refinação de açúcar.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (“SIC”) em vigor em 1 janeiro de 2018 tal como adotados pela União Europeia.

2.2. Investimentos em empresas associadas e empresas participadas

As partes de capital em empresas associadas são registadas ao custo de aquisição adicionado de eventuais despesas de compra. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas de imparidade que se demonstrem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos recebidos) são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

2.3. Ativos fixos tangíveis

a) Imóveis para uso próprio

Os imóveis (terrenos e edifícios) para uso próprio são registados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer subsequente depreciação acumulada e/ou perdas de imparidade acumuladas. As revalorizações são feitas periodicamente, por avaliadores imobiliários independentes, para que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor do respetivo imóvel.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efetuadas aos ativos fixos tangíveis são registados por contrapartida de capital próprio. Quando um ativo fixo tangível, que foi alvo de

uma revalorização positiva em exercícios subsequentes, se encontra sujeito a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores deduzido da quantia realizada através das depreciações, sendo o seu excedente registado como gasto do exercício por contrapartida de resultado líquido do período.

As depreciações são imputadas numa base sistemática durante a vida útil estimada dos edifícios, enquanto os terrenos não são depreciáveis.

b) Outros ativos fixos tangíveis

Os outros ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registados de acordo com a nova base do custo ("*deemed cost*"), o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas de imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela empresa, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem a períodos que variam entre:

Edifícios e outras construções	2 a 50
Equipamento básico	1 a 20
Equipamento administrativo	1 a 20
Equipamento de transporte	2 a 12
Ferramentas e utensílios	1 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 17

As despesas subsequentes de substituição de componentes de ativos fixos incorridas pela empresa são adicionadas aos respetivos ativos fixos tangíveis, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses ativos abatido e registado como um gasto na rubrica de "Outros gastos operacionais".

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registadas como gasto do exercício em que ocorrem.

O investimento em curso representa ativo fixo tangível ainda em fase de construção/instalação, encontrando-se registado ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Este investimento é depreciado a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para utilização.

As mais ou menos valias resultantes da venda do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais". As perdas resultantes do abate do ativo fixo tangível são igualmente registadas pelo seu valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros gastos operacionais".

2.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a empresa, se a empresa os puder controlar e se puder medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento para as quais a empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso, e para as quais seja provável que o ativo criado irá gerar benefícios económicos futuros são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram com estes critérios são registadas como gasto do exercício quando incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração de resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente ao período de três a quatro anos.

Nos casos de marcas e patentes, com vida útil indefinida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

2.5. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem imóveis e terrenos detidos para auferir rendimento ou valorização de capital, ou ambos, não sendo utilizados na prossecução da atividade normal dos negócios.

Inicialmente as propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, incluindo os custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor, determinado por referência à data de balanço e refletindo condições atuais de mercado. O justo valor é determinado com base em avaliações realizadas por profissionais credenciados da área imobiliária do Grupo as quais são comparadas com avaliações contratadas a avaliadores independentes. Em caso de diferença significativa é registada a avaliação de menor valor. Nos casos em que o justo valor não poder ser determinado com fiabilidade mantém-se o custo de aquisição amortizado.

As referidas entidades especializadas recorrem aos seguintes métodos de avaliação:

- O valor de mercado de cada imóvel ou fração de imóvel é estimado utilizando o método do mercado ou método do rendimento, considerando a perspetiva de maior e melhor utilização na ótica de um potencial comprador;
- Quando é utilizado o método do rendimento, o justo valor é determinado utilizando o método dos *cash flow* descontados, baseados em estimativas de futuras rendas e despesas, suportadas pelos termos dos contratos de arrendamento em vigor à data de balanço (justo valor nível 3). Quando praticável, são igualmente utilizadas rendas de mercado de imóveis de natureza, localização e condições similares;

- Quando é utilizado o método comparativo de mercado, os preços por m² são determinados tendo por base dados observáveis de mercado em transações comparáveis, ajustados para refletir as correspondentes diferenças (justo valor nível 2).

As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício na rubrica de "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas na rubrica de propriedades de investimento.

A transferência para, ou de, propriedades de investimento deve ser feita quando, e apenas quando, houver uma alteração no seu uso. Numa transferência de propriedades de investimento escriturada pelo justo valor para propriedade ocupada pelo dono, o custo considerado da propriedade para subsequente contabilização deve ser o seu justo valor à data da alteração de uso. Se uma propriedade ocupada pelo dono se torna numa propriedade de investimento que seja escriturada pelo justo valor, o Grupo deve utilizar os mesmos princípios contabilísticos que aplica aos ativos fixos tangíveis, até à data da alteração de uso.

Se um ativo inicialmente reconhecido nos inventários é posteriormente considerado como propriedade de investimento após ter sido determinada a sua alteração de uso, qualquer diferença entre o justo valor da propriedade nessa data e a sua quantia escriturada anterior é reconhecida nos lucros ou prejuízos do exercício. Se o Grupo inicia o desenvolvimento ou a construção de um imóvel com a intenção de vendê-lo, este deve ser transferido para inventários. Se essa propriedade for mensurada ao justo valor, essa transferência deverá ser mensurada ao justo valor na data da transferência e esse será o custo considerado para o registo da propriedade em inventários.

2.6. Ativos e passivos financeiros

2.6.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando a Empresa se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

a) Reconhecimento inicial e mensuração

No momento inicial, os ativos são classificados e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao justo valor através do outro rendimento integral e ao justo valor através dos resultados.

A classificação inicial dos ativos financeiros depende das características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócio que a Empresa adota para os gerir. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa e para as quais a Empresa adota o expediente prático, a Empresa mensura no momento inicial um ativo financeiro ao seu justo valor adicionado, no caso de um ativo não classificado como de justo valor através dos resultados, dos custos de transação. As contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa e para as quais a Empresa adota o expediente prático, são mensuradas ao preço da transação determinado de acordo com a IFRS 15 – Ver nota 13.

De forma a ser possível que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral, ele deve proporcionar fluxos de caixa que representem apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros ("*solely payments of principal*").

and interest (SPPI)” sobre o capital em dívida. Esta avaliação, conhecida como o teste dos “fluxos de caixa apenas de reembolsos de capital e pagamentos de juros”, é realizada para cada instrumento financeiro.

O modelo de negócio estabelecido para a gestão dos ativos financeiros diz respeito ao modo como a Empresa gere os ativos financeiros com vista a obter os fluxos de caixa. O modelo de negócio pode ser concebido para obter os fluxos de caixa contratuais, para alienar os ativos financeiros ou ambos.

Compras ou vendas de ativos financeiros que exijam a entrega dos ativos dentro de um prazo estabelecido por regulação ou convenções no mercado em questão (“*regular way trades*”) são reconhecidos na data da negociação, isto é, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

b) Mensuração subsequente

Para a sua mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)
- Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, com reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida)
- Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, sem reciclagem dos ganhos e perdas acumulados no momento do seu desreconhecimento (instrumentos de capital)
- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Esta categoria é a mais relevante para a Empresa. A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições se encontrarem satisfeitas:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter o ativo financeiro para obter os fluxos de caixa previstos contratualmente

e

- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente através do método do juro efetivo e são sujeitos a imparidade. Os ganhos e perdas são registados nos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou esteja em imparidade.

Os ativos financeiros que a Empresa mensura ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes e de outros devedores, os empréstimos a acionistas e partes relacionadas.

ii) Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral (instrumentos de dívida)

A Empresa mensura os instrumentos de dívida ao justo valor através do outro rendimento integral se ambas as seguintes condições se encontrarem satisfeitas:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter o ativo financeiro para obter os fluxos de caixa previstos contratualmente e os fluxos de caixa decorrentes da sua venda

e

- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

No caso dos instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do outro rendimento integral, os juros obtidos, as diferenças de câmbio e as perdas e reversões de imparidade são registadas nos resultados e calculadas do mesmo modo dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações de justo valor remanescentes são registadas no outro rendimento integral. No momento do desreconhecimento, as alterações no justo valor acumuladas no outro rendimento integral são transferidas (recicladas) para os resultados.

Os instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do outro rendimento integral incluem instrumentos de dívida cotada incluídos na rubrica de Outros ativos financeiros não correntes.

iii) Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral (instrumentos de capital)

Aquando do reconhecimento inicial, a Empresa pode optar por classificar de forma irrevogável os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral quando eles satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

Ganhos e perdas nestes ativos financeiros nunca são recicladas para os resultados. Os dividendos são registados como ganho financeiro nos resultados quando o direito a receber o pagamento do dividendo estiver estabelecido, exceto quando a Empresa beneficia desses dividendos como recuperação de parte do custo do ativo financeiro e, nesse caso, os dividendos são registados no outro rendimento integral. Os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral não são sujeitos a avaliação de imparidade.

A Empresa decidiu classificar de forma irrevogável os seus investimentos em instrumentos de capital de entidades não cotadas nesta categoria.

iv) Ativos financeiros ao justo através da demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros ao justo através dos resultados incluem ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no momento de reconhecimento inicial como mensurados ao justo valor através dos resultados, ou os ativos financeiros que obrigatoriamente têm de ser mensuradas ao justo valor. Os ativos financeiros são classificados como detidos para negociação se foram adquiridos com a finalidade de ser vendido ou recomprado num prazo muito curto. Derivados, incluindo derivados embutidos separados, são também classificados como detidos para negociação exceto se foram designados como instrumentos de cobertura eficazes.

Os ativos financeiros com fluxos de caixa que não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida são mensurados ao justo valor independentemente do modelo de negócio subjacente. Não obstante o critério para a classificação dos instrumentos de dívida ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral descrito acima, os instrumentos de dívida podem

ser designados ao justo valor através dos resultados no momento do reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento.

Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados são apresentados na Demonstração da Posição Financeira ao justo valor com as alterações líquidas no justo valor apresentadas nos resultados.

c) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte do ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros ativos) é desreconhecido (ou seja, removido da Demonstração da Posição Financeira) quando:

Os direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram

Ou

A Empresa transferiu os seus direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos na sua totalidade num curto prazo no âmbito de um acordo no qual a Empresa i) não tem qualquer obrigação de pagar quantias aos destinatários finais a menos que receba quantias equivalentes resultantes do ativo original; ii) está proibido pelos termos do contrato de transferência de vender ou penhorar o ativo original que não seja como garantia aos destinatários finais pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa; e iii) a Empresa tem uma obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos; e

A Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou a Empresa não transferiu nem reteve substancialmente todos os ativos e benefícios do ativo mas transferiu o controlo sobre o ativo

Quando a Empresa transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou é parte de um acordo que pode possibilitar o desreconhecimento, avalia se, e em que extensão, foram retidos os riscos e benefícios associados à titularidade do ativo.

Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controlo do ativo, a Empresa continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Empresa também reconhece o passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que a Empresa reteve.

Se o envolvimento continuado da Empresa assumir a forma de garantia prestada sobre o ativo transferido, a medida do envolvimento continuado é a menor entre o valor contabilístico original do ativo e a quantia máxima da retribuição recebida que a Empresa pode vir a pagar.

d) Imparidade de ativos financeiros

A Empresa reconhece um ajustamento para as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mensurados ao justo valor através dos resultados. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais que sejam devidos e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados a uma taxa próxima da taxa de juro efetiva original. Os fluxos de caixa que se esperam vir a receber incluem os fluxos de caixa resultantes de colaterais detidos ou de outras garantias de crédito que sejam parte integrante dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em dois estágios. Para as situações onde não tenha existido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as

perdas de crédito esperadas incidem sobre perdas que possam vir a ser incorridas de incumprimentos que sejam de possível ocorrência nos próximos 12 meses; Para as situações onde tenha existido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, a perda por imparidade é calculada para todas as perdas de crédito esperadas ao longo da duração do ativo, independentemente de quando ocorra o incumprimento.

Para as contas a receber de clientes e contas a receber relativas a contratos com clientes, a Empresa adota a abordagem simplificada na determinação das perdas de crédito esperadas.

Assim, a Empresa não monitoriza alterações no risco de crédito, mas ao invés reconhece uma perda por imparidade baseada na perda de crédito esperada ao longo da duração do ativo, a cada data de relato. A Empresa estabeleceu uma matriz de imparidade baseada os créditos que foram perdidos no passado, ajustada por fatores prospetivos específicos dos devedores e do ambiente económico.

Para os instrumentos de dívida ao justo valor através do outro rendimento integral, a Empresa aplica a simplificação para riscos de crédito baixos. A cada data de relato, a Empresa avalia se o instrumento de dívida pode ser considerado como de risco baixo de crédito utilizando para isso toda a informação relevante e razoável que está disponível a um custo/esforço aceitável. Ao fazer essa avaliação, a Empresa tem em conta o rating de crédito do instrumento de dívida. Adicionalmente, a Empresa considera existir um aumento significativo no risco de crédito quanto os pagamentos contratuais de encontram em dívida por mais de 90 dias após a data de vencimento.

A Empresa considera que um ativo financeiro está em incumprimento quando está vencido a mais de 90 dias. Porém, em certos casos, a Empresa pode também considerar que um ativo financeiro está em incumprimento quando exista informação interna e externa que indique que é improvável que a Empresa venha a receber a totalidade do crédito sem que tenha de acionar as garantias que possua. Um ativo financeiro é desreconhecido quando não há uma expectativa razoável de vir a recuperar os fluxos de caixa contratuais.

2.6.2 Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no momento de reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, empréstimos, contas a pagar, ou derivados designados como instrumento de cobertura numa relação de cobertura eficaz.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos e das contas a pagar, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Empresa, incluem contas a pagar a fornecedores e outros credores, empréstimos incluindo descobertos bancários, e derivados.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação inicial, como segue:

- Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados
- Passivos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e os passivos financeiros que no momento de reconhecimento inicial foram assim designados.

Os passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido incorridos como a finalidade de serem recomprados no curto prazo. Esta categoria inclui derivados que não sejam designados como sendo instrumentos de cobertura numa relação de cobertura, tal como previsto na IFRS 9. Derivados embutidos separados são também classificados como detidos para negociação a não ser que sejam considerados instrumentos de cobertura eficazes.

Ganhos e perdas em passivos detidos para negociação são registados na demonstração dos resultados.

Os passivos financeiros que são classificados, no momento de reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor são assim designados no momento do reconhecimento inicial apenas se os critérios previstos na IFRS 9 forem satisfeitos. A Empresa não designou qualquer passivo financeiro ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Empréstimos

Esta é a categoria mais relevante para a Empresa. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado através da utilização do método do juro efetivo. Ganhos e perdas são registados na demonstração dos resultados quando os passivos são desreconhecidos e através da amortização decorrente do método do juro efetivo.

O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e os honorários e outros custos que sejam parte integral da taxa de juro efetiva. O efeito do juro efetivo é registado nos gastos financeiros na demonstração dos resultados.

Esta categoria geralmente é aplicável aos empréstimos bancários - ver notas 19 e 21.

Fornecedores e outros credores

Os fornecedores referem-se a obrigações de pagamento perante fornecedores ou instituições financeiras a quem foram dadas ordens de pagamento antecipado a fornecedores ("*confirming*") resultantes da compra de bens ou serviços que são adquiridos durante o decurso normal das operações de negócio. Os outros credores correntes referem-se aos empréstimos obtidos de partes relacionadas divulgados na nota 28. Estes passivos são classificados como passivos correntes se o pagamento é devido até um ano, caso contrário são apresentados como passivos não correntes. As contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao seu justo valor e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva.

c) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente é satisfeita ou cancelada, ou expira.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro da mesma contraparte e com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo financeiro são substancialmente modificados, a troca ou modificação são tratadas como um desreconhecimento do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre os respetivos valores contabilísticos é reconhecida na demonstração dos resultados.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o respetivo valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira se existir um direito presente de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo.

2.6.4 Instrumentos financeiros derivados.

a) Reconhecimento inicial e subsequente

A Empresa utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos *forward* de taxas de câmbio, *swaps* de taxas de juros, para cobrir os seus riscos de câmbio e de juro, respetivamente. Tais instrumentos financeiros derivados são inicialmente registados ao justo valor na data em que o derivado é contratado e são subsequentemente mensurados ao justo valor. Os derivados são apresentados no ativo quando o seu justo valor é positivo e no passivo quando o seu justo valor é negativo.

2.7. Locações

A determinação se um acordo é, ou contém, uma locação deve basear-se na substância do acordo no início do acordo, que é a data mais antiga entre a data do acordo e a data do compromisso pelas partes em relação aos principais termos do acordo, com base em todos os factos e circunstâncias. O acordo é, ou contém, uma locação se o cumprimento do acordo está dependente do uso de um ativo ou ativos específicos e o acordo transmite um direito de usar o ativo, mesmo que esse ativo não esteja explicitamente identificado no acordo.

A duração da locação é a soma do período durante o qual a locação não pode ser cancelada com um período adicional que esteja previsto o locatário ter a opção de manter a locação e, no início do contrato, a Empresa tem uma certeza razoável que o locatário a vá exercer.

Uma locação é classificada no início do acordo como locação financeira ou locação operacional. Uma locação que transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um ativo para a Empresa é classificada como locação financeira. Locações financeiras são registadas no ativo pelo justo valor no ativo ou, se menor, ao valor atual dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos mínimos da locação são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do passivo pendente de forma a produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são registados na demonstração dos resultados como gastos financeiros.

O ativo locado é depreciado durante a sua vida útil. No entanto, se não houver certeza razoável de que o locatário virá a obter a propriedade no fim do prazo da locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou da sua vida útil, dos dois o mais curto.

Uma locação operacional é uma locação que não é financeira. Os pagamentos das locações operacionais são registados como gasto operacional na demonstração dos resultados em linha reta durante o período da locação.

2.8. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, que inclui o preço de fatura e todas as despesas até à sua entrada em armazém, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado. Os produtos e trabalhos em curso, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos e produtos acabados e intermédios encontram-se valorizados ao custo de produção (inclui o gasto de matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta e os gastos gerais de fabrico), o qual é inferior ao respetivo valor de mercado. Ao longo do exercício é utilizado o custo padrão, o qual é ajustado no final do exercício para o custo efetivo.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos gastos de comercialização.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.10. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de ativos fixos tangíveis, são registados nas rubricas "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes" sendo reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios à exploração são registados como rendimentos do exercício, quando obtidos, independentemente da data do seu recebimento.

2.11. Imparidade dos ativos não correntes

É efetuada uma avaliação de imparidade à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou uma alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica "Outros gastos operacionais".

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "Outros rendimentos operacionais". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.12. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.13. Rédito e especialização de exercícios

O rédito de contratos com clientes é registado quando o controlo dos bens e serviços é transferido para os clientes por uma quantia correspondente à retribuição que a Entidade espera receber em troca de tais bens ou serviços.

A Empresa atua geralmente como “principal” nos seus acordos com clientes, exceto nos serviços de agência descritos abaixo, porque tipicamente a Empresa controla os bens e serviços antes de os transferir para os clientes.

Os julgamentos mais significativos, estimativas e pressupostos relacionados com o rédito de contratos com clientes encontram-se divulgados na nota da Demonstração dos Resultados por Naturezas relativa às Vendas e Prestações de Serviços.

Venda de produtos

O rédito da venda de produtos é reconhecido no momento em que o controlo sobre o bem é transferido para o cliente, o que geralmente acontece no momento da entrega do produto. O tempo de crédito concedido varia entre 30 e 120 dias, após a faturação.

Para cada contrato, a Empresa avalia se existem outros compromissos no contrato que sejam obrigações de desempenho distintas e para as quais uma parte do preço da transação deva ser alocada. Na determinação do preço da transação, a Empresa tem conta eventuais retribuições variáveis, a existência, ou não, de uma componente significativa de financiamento, de retribuições a receber não-monetárias e eventualidade de existirem retribuições a pagar ao cliente.

(i) Retribuição variável

Se a retribuição prevista num contrato incluir uma componente variável, a Empresa estima a quantia que considera vir a ter o direito de receber em troca da transferência dos bens para o cliente. A componente variável é estimada no início do contrato e é restringida em caso de incerteza até que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa do rédito reconhecido quando a incerteza associada à componente de retribuição variável seja finalmente dissipada.

Alguns contratos, conferem ao cliente o direito a devolverem os bens e a descontos de volume (“rappel”). Os direitos de devolução e os descontos de volume dão origem a uma retribuição variável.

Descontos de quantidade

A Empresa proporciona descontos retrospectivos de volumes a alguns clientes quando uma determinada quantidade de compras em determinado período excede um determinado limite previsto no contrato. Os descontos são registados a crédito da respetiva conta a receber do cliente. Para estimar a retribuição variável associada ao valor esperado de descontos de quantidade a concede, a Empresa baseia-se no volume de faturação do exercício.

Os requisitos da IFRS 15 quanto a restringir as quantias de retribuição variável estimada são também aplicáveis, e a Empresa regista um passivo relacionado com o valor a conceder de descontos.

Ativos contratuais

Ativos de contratos com clientes

Um ativo de contrato com clientes é um direito a receber uma retribuição em troca de bens ou serviços transferidos para o cliente.

Se a Empresa entrega os bens ou presta os serviços a um cliente antes do cliente pagar a retribuição ou antes da retribuição ser devida, o ativo contratual corresponde ao valor da retribuição que é condicional.

Contas a receber de clientes

Uma conta a receber representa o direito incondicional (ou seja, apenas depende da passagem de tempo até que a retribuição seja devida) da Empresa em receber a retribuição – Ver nota dos clientes (ativos financeiros).

Passivos de contratos com clientes

Um passivo de contratos com clientes é a obrigação de transferir bens ou serviços para os quais a Empresa recebeu (ou tem direito a receber) uma retribuição de um cliente. Se o cliente paga a retribuição antes que a Empresa transfira os bens ou serviços, um passivo contratual é registado quando o pagamento é efetuado ou quando é devido (dependendo do que aconteça primeiro). Os passivos contratuais são reconhecidos como crédito quando a Empresa executa as suas obrigações de desempenho contratuais.

A Empresa atualiza a estimativa de passivos a reembolsar (e a corresponde alteração nos preços de transação) no final de cada período de relato.

2.14. Imposto sobre o rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa e considera a tributação diferida.

O Imposto corrente sobre o Rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) da empresa de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sua sede.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos e, deste modo, a situação fiscal dos anos de 2015 a 2018 poderá ainda vir a ser sujeita a revisão e eventuais correções. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da empresa, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A Empresa está integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (acionista da RAR – Sociedade de Controlo (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS).

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o

seu registro e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registrados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registrados como gasto ou proveito do exercício, exceto se resultarem de itens registrados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registrado na mesma rubrica.

2.15. Classificação da demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos ativos e as provisões para riscos e encargos são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.16. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data da demonstração da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para Euro utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração de resultados do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

2.17. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.18. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("*adjusting events*") são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira ("*non adjusting events*"), se materiais, são divulgados no anexo às Demonstrações Financeiras.

2.19. Indemnizações pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho

Os encargos associados a indemnizações pagas a trabalhadores pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho são registados no exercício em que o respetivo acordo é concluído. Caso o acordo não seja assinado no mesmo período em que produz efeitos, é constituída uma provisão para fazer face às responsabilidades assumidas pela Empresa.

2.20. Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas Demonstrações Financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 incluem:

- a) Continuidade das operações;
- b) Vidas úteis do ativo fixo tangível e intangível;
- c) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis (nomeadamente das marcas e patentes, com vida útil indefinida);
- d) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões; e
- e) Estimativas para descontos/rappel a conceder a clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

Apesar da situação menos positiva dos últimos anos, em 2019 a Empresa irá dar continuidade à implementação da otimização estratégica do seu plano de negócios e estrutura interna, o que lhe permitirá competir mesmo nos cenários mais adversos e voltar aos resultados positivos.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A atividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros, recorrendo em determinadas situações a instrumentos derivados de cobertura.

3.1. Risco de mercado

a) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante de endividamento indexado a taxas variáveis.

O endividamento da Empresa encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o gasto da dívida a um risco de volatilidade. O impacto dessa volatilidade nos resultados e no capital próprio da empresa não é significativo em virtude do relativo baixo nível de endividamento e da possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos nos resultados operacionais da empresa, por essa via parcialmente compensando os gastos financeiros acrescidos ("*natural hedge*").

A 31 de dezembro de 2018 a Empresa apresenta um endividamento líquido de aproximadamente 8 745 milhares de euros e 4 366 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (notas 19, 20 e 21) e caixa e equivalentes de caixa (nota 17) contratados junto de diversas instituições.

Análise de sensibilidade de taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi determinada com base na exposição da Empresa a variações na taxa de juro em instrumentos financeiros tendo por referência a estimativa de endividamento médio em 2018. Para os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis, a análise foi preparada considerando-se que as alterações nas taxas de juros de mercado apenas afetam o proveito ou gasto financeiro dos mesmos.

Se a taxa de juro tivesse sido 50 pontos base superior e as restantes variáveis mantidas constantes, o resultado financeiro negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 viria aumentado em cerca de 38.171 euros.

b) Risco de taxa de câmbio

Na sua atividade operacional, a Empresa realiza transações diversas expressas em outras moedas que não Euro. Este risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional da empresa.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio de transação da empresa procura minimizar ou eliminar esse risco, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da mesma a flutuações cambiais. Sempre que possível, a empresa procura realizar coberturas naturais dessas exposições cambiais, compensando os créditos concedidos e os créditos recebidos expressos na mesma divisa. Quando tal não é possível, recorre-se a outros instrumentos derivados de cobertura, fundamentalmente "*forwards*" de taxas de câmbio.

Nos casos em que os instrumentos derivados de cobertura, embora contratados com o objetivo específico de cobertura dos riscos cambiais, não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afetam diretamente a demonstração dos resultados.

c) Risco de preço

A Empresa adquire a sua matéria-prima, rama de açúcar, apenas nas origens internacionais permitidas pela regulamentação europeia do setor, não existindo, portanto, livre acesso a este mercado. O atual enquadramento regulamentar define preços mínimos para a compra da matéria-prima, mas não prevê mecanismos adequados de proteção em caso de subida do preço da mesma. Simultaneamente, a empresa concorre com operadores cuja matéria-prima é a beterraba açucareira, que não é transacionada internacionalmente e cujo preço não depende do preço internacional do açúcar. Neste contexto, a exposição da empresa ao preço internacional da matéria-prima é significativo e obriga a empresa a continuamente monitorizar este preço e avaliar a sua capacidade de refletir variações significativas do custo da sua matéria-prima no preço de venda do produto acabado.

3.2. Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a empresa.

O risco de crédito decorrente da atividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes (nota 13). A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular.

A Empresa não apresenta risco de crédito significativo com algum cliente em particular, ou com algum grupo de clientes com características semelhantes, na medida em que as contas a receber estão repartidas por diversos clientes, diferentes negócios e diferentes áreas geográficas. A Empresa obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira do cliente assim o recomende. Para os clientes em que o risco de crédito o justifique, essas garantias consubstanciam-se em seguros de crédito e garantias bancárias.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando-se (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2018 e 2017 encontram-se divulgados na nota 26.

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a empresa considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de forma resumida, na nota 26.

Os montantes relativos aos ativos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da empresa ao risco de crédito.

3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os gastos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objetivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos corretos nas respetivas datas de vencimento;
- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização do gasto de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a empresa assegura a contratação de instrumentos e facilidades de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados à especificidade das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. Também por política, essas facilidades são contratadas sem envolver concessão de garantias.

A informação constante neste anexo inclui os montantes em dívida não descontados e os prazos de vencimento foram determinados com base na data mais próxima em que a empresa pode ser solicitada a liquidar aqueles passivos ("*worst case scenario*"), no pressuposto do cumprimento de todos os requisitos contratualmente definidos.

4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 não ocorreram alterações de julgamentos ou estimativas relativos a exercícios anteriores, nem se verificaram correções de erros materiais. De salientar as alterações de políticas contabilísticas decorrentes da entrada em vigor da IFRS 15 e da IFRS 9 descritas abaixo.

Relativamente a novas normas e interpretações, ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações:

4.1. Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela Empresa a partir de 1 de janeiro de 2018:

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade). A norma aplica-se a todos os réditos de contratos com clientes, exceto se o contrato estiver no âmbito da IAS 17 (ou IFRS 16 – Locações quando for aplicada).

A IFRS 15 também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Esta norma realça os princípios que uma entidade deve aplicar quando efetua a mensuração e o reconhecimento do rédito. O princípio base é de que uma entidade deve reconhecer o rédito por um montante que reflita a retribuição que ela espera ter direito em troca dos bens e serviços prometidos ao abrigo do contrato.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco passos: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A norma requer que uma entidade aplique o julgamento profissional na aplicação de cada um dos passos do modelo, tendo em consideração todos os factos relevantes e circunstâncias.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais na obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A Empresa adotou a IFRS 15 usando o método retrospectivo modificado, com data de aplicação inicial de 1 de janeiro de 2018.

Com a adoção da IFRS 15, não foram consideradas como vendas nem custo das vendas as transações relativas à comunitarização de Rama e de Açúcar, através de licenças específicas, nas quais a Empresa atua como “agente” as quais em 2017 ascenderam a 7,4 milhões de Euros.

IFRS 9 Instrumentos financeiros

O resumo desta norma por temas é o seguinte:

Classificação e mensuração de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.

Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente

os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo justo valor através do resultado integral (FVTOCI) com subsequente reclassificação para resultados.

Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.

Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

A Entidade não detém investimentos em instrumentos de dívida e nem detém investimentos em instrumentos de capital (para além dos interesses detidos em empresas subsidiárias) pelo que esta alteração na classificação e mensuração de ativos financeiros não teve impactos nas demonstrações financeiras. As contas a receber eram e continuar a ser mensuradas ao custo amortizado.

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

Para os passivos financeiros designados como FVTPL (alterações de justo valor através dos resultados) usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito deve ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentado no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.

Todos os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para a IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

A Empresa não designa passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, pelo que esta situação não teve impactos nas demonstrações financeiras.

Imparidade

Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perdas de crédito esperadas (PCE), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.

O modelo de PCE aplica-se: (i) aos instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 – Locações/IFRS 16 - Locações.

Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PCE relativas a 12 meses ou ao longo da respetiva duração, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PCE ao longo da respetiva duração são sempre reconhecidas.

A mensuração das PCE deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Os principais saldos de clientes não têm uma componente financeira significativa. É efetuada uma análise individual dos saldos a receber, a qual tem em conta a situação particular de cada devedor, as garantias detidas pela Empresa, entre outros aspetos. Na avaliação das necessidades de registo de imparidades foi incorporada informação previsional macroeconómica e o efeito do valor temporal do dinheiro, fatores que não deram azo a impactos materiais.

A Empresa reavaliou a quantia de imparidades e conclui pela ausência de necessidade do reforço do saldo de imparidades decorrente da adoção da IFRS 9.

Contabilidade de cobertura

Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura, sem o teste dos 80% - 125%.

Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.

O valor temporal de uma opção, qualquer elemento "*forward*" de um contrato "*forward*" e qualquer "*spread*" de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.

Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A Entidade não tem contratados instrumentos de cobertura, pelo que esta situação não teve impactos nas demonstrações financeiras.

A Entidade aplicou a IFRS 9 prospectivamente com data de aplicação inicial em 1 de janeiro de 2018.

Tal como previsto na IFRS 9, a Sociedade não reexpressou a informação comparativa a qual continua a ser reportada de acordo com a IAS 39 (cujos aspetos principais constam das políticas contabilísticas incluídas nas Notas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017). Face ao acima exposto, não foram identificadas diferenças de valor material face à IAS 39 decorrentes da adoção da IFRS 9.

Outras normas aplicáveis no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2018

Norma/Interpretação

Alterações à IFRS 4 – Contratos de seguro

As alterações vêm dar tratamento a algumas das questões levantadas com a implementação da IFRS 9 antes da implementação da nova norma sobre contratos de seguros que o IASB irá emitir para substituir a IFRS 4.

Emenda à IAS 28 – Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016)

Vem clarificar que: i) Uma empresa que é uma empresa de capital de risco, ou outra entidade qualificável, pode escolher, no reconhecimento inicial e investimento a investimento, mensurar os seus investimentos em associadas e/ou joint-ventures ao justo valor através de resultados; ii) Se uma empresa que não é ela própria uma entidade de investimento detém um interesse numa associada ou joint-venture que é uma entidade de investimento, a empresa pode, na aplicação do método da equivalência patrimonial, optar por manter o justo valor que essas participadas aplicam na mensuração das suas subsidiárias. Esta opção é tomada separadamente para cada investimento na data mais tarde entre o reconhecimento inicialmente do

	investimento nessa participada; essa participada tornar-se uma entidade de investimento; e essa participada passar a ser uma empresa-mãe.
Emenda à IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das IFRS (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016)	Elimina a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS 1, porque já serviu o seu propósito (que estavam relacionados com isenções de algumas divulgações de instrumentos financeiros previstas na IFRS 7, isenções ao nível de benefícios de empregados e isenções ao nível das entidades de investimento).
IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração	Esta interpretação vem clarificar que na determinação da taxa de câmbio à vista a ser usada no reconhecimento inicial de um ativo, do gasto ou do rendimento (ou de parte) associados ao desreconhecimento de ativos ou passivos não monetários relacionados com um adiantamento da consideração, a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário relacionado com um adiantamento da consideração. Se há múltiplos pagamentos ou recebimentos de um adiantamento da consideração, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento.
Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 – Alterações à IFRS 4	As alterações vêm dar tratamento a algumas das questões levantadas com a implementação da IFRS 9 antes da implementação da nova norma sobre contratos de seguros que o IASB irá emitir para substituir a IFRS 4. Relativamente à isenção temporária da IFRS 9, a opção de isenção temporária da IFRS 9 está disponível para entidades cuja atividade esteja predominantemente relacionada com seguros.
Alterações à IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações	Alterações à IFRS 2 em relação à classificação e mensuração de transações de pagamentos com base em ações, que tratam de três áreas essenciais: (i) <i>Vesting conditions</i> , (ii) Classificação de transações de pagamento com base em ações com opção de liquidação pelo valor líquido, para cumprimento de obrigações de retenções na fonte e, (iii) Contabilização de uma alteração dos termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações que altere a sua classificação de liquidada em dinheiro para liquidada com instrumentos de capital próprio.
Alterações à IAS 40 – Propriedades de investimento	As alterações vêm clarificar quando é que uma entidade deve transferir uma propriedade, incluindo propriedades em construção ou desenvolvimento para, ou para fora de, propriedades de investimento.

Não foram produzidos efeitos nas demonstrações financeiras da Empresa no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões referidas na tabela acima.

4.2. Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 16 - Locações	1-jan-19	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.

IFRIC 23 – Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento	1-jan-19	Esta interpretação vem clarificar os requisitos de aplicação e de mensuração da IAS 12 Imposto sobre o rendimento quando existe incerteza quanto aos tratamentos a dar ao imposto sobre o rendimento. A Interpretação endereça a contabilização do imposto sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais que envolvem incerteza e que afetam a aplicação da IAS 12. A Interpretação não se aplica a taxas ou impostos que não estejam no âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente requisitos referentes a juros ou multas associados com a incerteza de tratamentos de impostos.
Alterações à IFRS 9 – Pagamentos antecipados com compensações negativas	1-jan-19	De acordo com a IFRS 9, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral desde que os cash-flows implícitos sejam “apenas pagamento de capital e juro sobre o capital em dívida” (o critério SPPI) e o instrumento seja detido num modelo de negócios que permita essa classificação. As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro passa o critério SPPI, independentemente do evento ou das circunstâncias que causaram o término antecipado do contrato e independentemente de qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018.

Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção, à exceção da IFRS 16.

IFRS 16 Locações

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e veio substituir a IAS 17 Locações, a IFRIC 4 Determinar se um Acordo contém uma Locação, a SIC 15 Locações Operacionais – Incentivos e a SIC 27 Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação. A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação das locações e requer que os locatários contabilizem todas as locações nos respetivos balanços de acordo com um modelo único semelhante ao previsto atualmente na IAS 17 para as locações financeiras.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para os locatários - contratos de locação em que os ativos tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior).

Na data de início da locação, o locatário irá reconhecer o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

No âmbito da norma, os locatários passam a ter de remensurar o passivo da locação quando ocorrem certos eventos (como por exemplo, uma alteração no período da locação, uma alteração nos pagamentos da locação em consequência de uma alteração num indexante ou numa taxa usados para determinar esses pagamentos). Os locatários irão reconhecer o montante dessa remensuração no passivo da locação como um ajustamento ao ativo sob direito de uso.

A contabilidade do locador de acordo com a IFRS 16 permanece substancialmente inalterada face à contabilização atualmente prevista na IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações

usando o mesmo princípio de classificação da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locação: locações operacionais e financeiras.

A IFRS 16, que entra em vigor nos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2019 requer dos locadores e dos locatários divulgações mais extensivas do que as requeridas pela IAS 17.

Transição para a IFRS 16

A Empresa irá adotar a IFRS 16 retrospectivamente a cada período de reporte apresentado nas demonstrações financeiras. A Empresa irá aplicar a norma a todos os contratos que foram anteriormente identificados como locações ao abrigo da IAS 17 e da IFRIC 4. Consequentemente, a Empresa não irá aplicar a norma a contratos que não tenham anteriormente sido identificados como contendo uma locação.

A Empresa decidiu aplicar as isenções previstas na norma para contratos de locação cujo período da locação termine nos próximos 12 meses desde a data de aplicação inicial, e para contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha pouco valor. A Empresa tem contratos de locação para certos tipos de equipamentos administrativos (como, por exemplo, computadores pessoais, máquinas impressoras e fotocopiadoras) que a Empresa considera terem pouco valor.

Durante o período de 2018, a Empresa efetuou uma avaliação detalhada dos impactos da IFRS 16. Em resumo, o impacto esperado da adoção da IFRS 16 é o seguinte:

Impacto esperado na demonstração da posição financeira por referência a 1 de janeiro de 2019:

	Aumento / (diminuição) (Euros)
Ativos	
Ativos fixos tangíveis (ativos sob o direito de uso)	7.508.556
Passivos	
Passivos da locação	7.508.556
Impacto líquido em capital próprio	0

Impacto esperado na demonstração dos resultados para o período de 2019:

	Aumento / (diminuição) (Euros)
Gasto com depreciação	1.564.029
Gasto com locações operacionais	(1.640.804)
Resultado operacional	76.775
Custos financeiros	135.043
Imposto sobre o rendimento	(12.236)
Impacto líquido em resultado do exercício	(46.032)

Decorrente da adoção da IFRS 16, o resultado operacional da Empresa irá aumentar, mas também os custos financeiros irão aumentar. Esta situação decorre da alteração no tipo de despesas das locações que eram classificadas como operacionais de acordo com a IAS 17.

4.3. Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação

Alterações à IFRS 3 – Combinações de negócios (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017)	As alterações clarificam que, quando uma entidade obtém controlo de uma operação conjunta, deve aplicar os requisitos da combinação de negócios por fases, incluindo remensurar o interesse previamente detido nos ativos e passivos da operação conjunta para o seu justo valor. Ao fazê-lo, o adquirente remensura o seu interesse previamente detido nessa operação conjunta.
Alteração à IFRS 11 – Acordos conjuntos (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017)	Uma parte que participe, mas que não tenha controlo conjunto, numa operação conjunta pode obter o controlo conjunto de uma operação conjunta cuja atividade constitua um negócio tal como definido na IFRS 3. Esta alteração vem clarificar que o interesse previamente detido não deve ser remensurado.
Alterações à IAS 12 – Imposto sobre o rendimento (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017)	Estas alterações vêm clarificar que as consequências ao nível de imposto sobre os dividendos estão associadas diretamente à transação ou evento passado que gerou resultados distribuíveis aos acionistas. Consequentemente, a empresa reconhece os impactos ao nível do imposto na demonstração dos resultados, em rendimento integral ou em outro instrumento de capital de acordo com a forma como a entidade reconheceu no passado essas transações ou eventos.
Alteração à IAS 23 – Custos de empréstimos (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017)	A alteração veio clarificar que uma entidade trata como parte dos empréstimos globais qualquer empréstimo originalmente obtido para o desenvolvimento do ativo qualificável, quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar esse ativo par ao seu uso pretendido ou para venda estejam completas. As alterações são aplicáveis aos custos de empréstimos incorridos em ou após o início do período de reporte em que a empresa adota estas alterações.
IFRS 17 – Contratos de seguros	A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas exceções serão aplicadas. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.
Alterações à IAS 28 – Interesses de longo prazo em Associadas ou Joint-Ventures	As alterações vêm clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 para interesses de longo prazo em associadas ou joint-ventures às quais o método da equivalência patrimonial não é aplicado mas que, em substância, sejam parte do investimento líquido nessa associada ou joint-venture (interesses de longo prazo).
Definição de atividade empresarial – alterações à IFRS 3	Esta alteração veio clarificar os requisitos mínimos para que se considere uma atividade empresarial, remove a avaliação se os participantes de mercado têm capacidade de substituir os elementos em falta, adiciona uma orientação para que se consiga avaliar se um processo adquirido é substantivo, restringe as definições de atividade empresarial e de output e introduz um teste opcional de justo valor da atividade empresarial

Definição de materialidade – Alterações à IAS 1 e à IAS 8	O objetivo desta alteração foi o de tornar consistente a definição de “material” entre todas as normas em vigor e clarificar alguns aspetos relacionados com a sua definição. A nova definição prevê que “uma informação é material se da sua omissão, de um erro ou a da sua ocultação se possa razoavelmente esperar que influencie as decisões que os utilizadores primários das demonstrações financeiras tomam com base nessas demonstrações financeiras, as quais fornecem informação financeira sobre uma determinada entidade que reporta”. As alterações clarificam que a materialidade depende da natureza e magnitude da informação, ou de ambas. Uma entidade tem de avaliar se determinada informação, quer individualmente quer em combinações com outra informação, é material no contexto das demonstrações financeiras.
IAS 19 Alterações ao plano, cortes ou liquidação do plano	Esta alteração vem esclarecer qual o tratamento contabilístico a seguir no caso de existir uma alteração ao plano, ou de haver um corte ou a liquidação do plano.
IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas	Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.
A estrutura conceptual para o reporte financeiro	A estrutura conceptual para o reporte financeiro revista não é uma norma e nenhum dos seus conceitos prevalece sobre os conceitos presentes em normas ou outros requisitos de alguma das normas.
Emendas à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	<p>Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.</p> <p>Em dezembro de 2015 o IASB decidiu diferir a data de aplicação desta emenda até que sejam finalizadas quaisquer emendas que resultem do projeto de pesquisa sobre o método da equivalência patrimonial. De qualquer modo a aplicação antecipada é permitida.</p>

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Entidade no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:

2018

	Terrenos e rec. naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equipamento de transporte	Equip. administrativo	Ferram. e utensílios	Taras e vasilhames	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:										
Saldo inicial	125.352	7.157.365	49.598.944	1.684.135	4.198.811	351.873	12.000	2.051.572	862.372	66.042.424
Adições	-	-	-	49.988	1.140	-	-	-	2.790.709	2.841.837
Alienações	-	-	-	(69.305)	-	-	-	-	-	(69.305)
Abates	-	-	-	-	(753)	-	-	-	-	(753)
Transferências	-	215.425	1.982.972	14.101	31.369	-	11.072	9.131	(2.264.070)	-
Saldo final	125.352	7.372.790	51.581.916	1.678.919	4.230.567	351.873	23.072	2.060.703	1.389.011	68.814.203
Depreciações acumuladas:										
Saldo inicial	125.352	5.904.035	45.508.524	1.332.855	4.128.364	323.674	12.000	1.698.189	-	59.032.993
Depreciações do exercício	-	231.087	1.185.653	103.906	26.740	-	11.014	72.736	-	1.631.136
Alienações	-	-	-	(42.956)	-	-	-	-	-	(42.956)
Abates	-	-	-	-	(753)	-	-	-	-	(753)
Saldo final	125.352	6.135.122	46.694.177	1.393.805	4.154.351	323.674	23.014	1.770.925	-	60.620.420
Valor líquido	-	1.237.668	4.887.739	285.114	76.216	28.199	58	289.778	1.389.011	8.193.783

2017

	Terrenos e rec. naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equipamento de transporte	Equip. administrativo	Ferram. e utensílios	Taras e vasilhames	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:										
Saldo inicial	125.352	6.985.668	48.881.295	1.694.957	4.175.394	347.762	12.000	1.988.238	801.414	65.012.080
Adições	-	9.926	165.519	40.700	16.754	4.111	-	1.219	859.343	1.097.572
Alienações	-	-	-	(63.474)	(3.754)	-	-	-	-	(67.228)
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	161.771	552.130	11.952	10.417	-	-	62.115	(798.385)	-
Saldo final	125.352	7.157.365	49.598.944	1.684.135	4.198.811	351.873	12.000	2.051.572	862.372	66.042.424
Depreciações acumuladas:										
Saldo inicial	125.352	5.699.989	44.559.829	1.281.944	4.105.674	312.780	12.000	1.624.005	-	57.721.573
Depreciações do exercício	-	204.046	948.695	114.385	26.444	10.894	-	74.184	-	1.378.648
Alienações	-	-	-	(63.474)	(3.754)	-	-	-	-	(67.228)
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	125.352	5.904.035	45.508.524	1.332.855	4.128.364	323.674	12.000	1.698.189	-	59.032.993
Valor líquido	-	1.253.330	4.090.420	351.280	70.447	28.199	-	353.383	862.372	7.009.431

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor líquido contabilístico dos bens adquiridos com o recurso a locação financeira totalizava:

	31.12.18	31.12.17
Equipamento de transporte	183.208	224.988
Ferramentas e utensílios	3.508	4.198
	<u>186.716</u>	<u>229.186</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa não tinha hipotecado ou penhorado quaisquer ativos fixos tangíveis.

O ativo fixo tangível em curso apresentava, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte composição:

	31.12.18	31.12.17
Edifícios e outras construções	52.318	120.339
Equipamento básico	1.235.853	400.645
Equipamento de transporte	12.024	-
Outros ativos fixos tangíveis	24.912	45.228
Ferramentas e utensílios	53.311	291.723
Equipamento administrativo	10.593	4.437
	<u>1.389.011</u>	<u>862.372</u>

A Empresa utiliza na sua atividade imóveis detidos por empresa do Grupo RAR onde se insere. As condições subjacentes ao respetivo contrato de arrendamento permitem que o mesmo seja, de acordo com o entendimento da empresa, classificado como locação operacional. O montante total dos gastos com as rendas destes imóveis no exercício de 2018 ascendeu a aproximadamente 1.594 milhares de euros (1 664 milhares de euros no exercício de 2017) e estão registados na rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" (notas 28 e 32).

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

2018				
	Despesas de desenvolvimento	Propriedade industrial	Software	Total
Ativo bruto:				
Saldo inicial	75.344	6.638.542	264.288	6.978.174
Adições	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo final	<u>75.344</u>	<u>6.638.542</u>	<u>264.288</u>	<u>6.978.174</u>
Amortizações acumuladas:				
Saldo inicial	57.764	-	242.714	300.478
Amortização do exercício	7.534	-	10.610	18.144
Saldo final	<u>65.298</u>	<u>-</u>	<u>253.324</u>	<u>318.622</u>
Valor líquido	<u>10.046</u>	<u>6.638.542</u>	<u>10.964</u>	<u>6.659.552</u>

2017				
	Despesas de desenvolvimento	Propriedade industrial	Software	Total
Ativo bruto:				
Saldo inicial	75.344	6.638.542	264.288	6.978.174
Adições	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo final	75.344	6.638.542	264.288	6.978.174
Amortizações acumuladas:				
Saldo inicial	50.229	-	230.412	280.641
Amortização do exercício	7.534	-	12.302	19.836
Saldo final	57.763	-	242.714	300.477
Valor líquido	17.581	6.638.542	21.574	6.677.697

O saldo da rubrica "Propriedade industrial" inclui gastos com direitos sobre marcas de produtos produzidos e/ou comercializados pela empresa, os quais, por não terem vida útil definida, não são amortizados, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade anuais.

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não ocorreram movimentos nas propriedades de investimento.

2018	
	Em exploração
Saldo inicial	2.156.300
Saldo final	2.156.300

Em 31 de dezembro de 2018 não tinham sido apresentadas quaisquer propriedades de investimento como garantias reais de empréstimos bancários.

8. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Os investimentos em empresas associadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são os seguintes:

	Sede social	2018		2017	
		Percentagem do capital detido	Valor de aquisição	Percentagem do capital detido	Valor de aquisição
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	Porto	5,00	41.234	5,00	41.234
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	Porto	100,00	750.399	100,00	750.399
Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.	Lisboa	71,78	2.635.703	71,78	2.635.703
			3.427.336		3.427.336
Perdas de imparidade acumuladas em outros investimentos financeiros (nota 26)			(2.635.703)		(2.635.703)
			791.633		791.633

No exercício de 2017 registamos uma imparidade relativa ao investimento na Sucral, S.A. no montante de 1 365 836 euros.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais indicadores destas empresas eram como segue:

Empresa	2018		2017	
	Capital próprio	Resultado líquido	Capital próprio	Resultado líquido
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	1.927.828	995.081	1.496.012	563.265
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	(141.471)	(955.648)	1.179.677	384.961
Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.	(11.681)	(1.353)	(10.328)	(1.911.697)

9. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS PARTICIPADAS

A rubrica “Investimentos em empresas participadas” é composta essencialmente pelas seguintes participações:

	31.12.18	31.12.17
CLIP – Colégio Luso Internacional, S.A.	24.940	24.940
Sinaga, S.A.	506.266	506.266
Outros	24.110	24.110
	555.316	555.316
Perdas de imparidade acumuladas em outros investimentos financeiros (nota 26)	(514.040)	(514.040)
	41.276	41.276

Em 31 de dezembro de 2018, do montante registado em “Perdas de imparidade acumuladas em outros investimentos financeiros”, 506.266 euros respeita à imparidade apurada pela empresa relativamente à sua participação na Sinaga, S.A..

10. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos ativos		Impostos diferidos passivos	
	2018	2017	2018	2017
Diferenças na base tributável do ativo fixo	187	229	(199.629)	(141.908)
Créditos fiscais	300.256	65.722	799.715	799.715
	300.443	65.951	600.086	657.807

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi como segue:

	Impostos diferidos ativos		Impostos diferidos passivos	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	65.951	126.901	657.807	724.468
Efeito em resultados (nota 37):				
Difer. na base tributável dos ativos fixos	(42)	(45)	(57.721)	(66.661)
Créditos fiscais	234.534	(60.905)	-	-
Sub-total	234.492	(60.950)	(57.721)	(66.661)
Outras diferenças temporárias				
Créditos fiscais	-	-	-	-
Sub-total	-	-	-	-
Saldo final	300.443	65.951	600.086	657.807

11. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.18	31.12.17
Fundo de compensação de trabalho	5.414	4.100
	<u>5.414</u>	<u>4.100</u>

12. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.18	31.12.17
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8.246.003	11.670.952
Mercadorias	131.897	192.490
Produtos e trabalhos em curso	256.357	497.297
Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refugos	13.863	17.765
Produtos acabados e intermédios	740.134	769.238
	<u>9.388.254</u>	<u>13.147.742</u>
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (nota 26)	(10.192)	(10.192)
	<u>9.378.062</u>	<u>13.137.550</u>

13. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31.12.18	31.12.17
Clientes, conta corrente	6.961.505	10.821.090
Clientes cobrança duvidosa	496.286	486.185
	<u>7.457.791</u>	<u>11.307.275</u>
Perdas por imparidade acumuladas em contas de clientes (nota 26)	(510.510)	(500.410)
	<u>6.947.281</u>	<u>10.806.865</u>

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível, às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados na Demonstração da Posição Financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela empresa de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a antiguidade das contas a receber de clientes é como segue:

	31.12.18	31.12.17
Saldo não vencido	3.102.446	7.387.234
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	3.792.258	3.399.775
Entre 90 e 180 dias	(58.227)	10.890
Há mais de 180 dias	110.804	8.966
	<u>6.947.281</u>	<u>10.806.865</u>

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (ATIVO)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	31.12.18	31.12.17
Imposto sobre o rendimento	14.339	14.339
Imposto sobre o valor acrescentado	373.071	1.133.312
	<u>387.410</u>	<u>1.147.651</u>

15. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Outras dívidas de terceiros" tinha a seguinte composição:

	31.12.18	31.12.17
Outros devedores	24.242	331.494
Adiantamentos a fornecedores	11.650	3.401
Empresas do Grupo (nota 28)	6.483.542	5.865.367
	<u>6.519.434</u>	<u>6.200.262</u>
Perdas de imparidade acumuladas em outras dívidas de terceiros (nota 26)	(21.315)	(112.708)
	<u>6.498.119</u>	<u>6.087.554</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a antiguidade destas dívidas de terceiros é como segue:

	31.12.18	31.12.17
Saldo não vencido	6.483.542	5.951.627
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	1.018	46
Entre 90 e 180 dias	396	-
Há mais de 180 dias	13.163	135.881
	<u>6.498.119</u>	<u>6.087.554</u>

16. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.18	31.12.17
Seguros pagos antecipadamente	34.344	46.563
Rendas pagas antecipadamente	130.184	138.340
Outros acréscimos de rendimentos	95.513	77.448
Outros gastos diferidos	168.380	35.429
	<u>428.421</u>	<u>297.780</u>

17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	31.12.18	31.12.17
Numerário	3.000	3.000
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	46.260	94.899
Caixa e equivalentes de caixa	49.260	97.899
Descobertos bancários (nota 21)	(6.949.390)	(922.817)
	<u>(6.900.130)</u>	<u>(824.918)</u>

A rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras.

18. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social está representado por 5 000 000 ações ordinárias, integralmente subscritas e realizadas, com o valor nominal de 1 euro cada.

A RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A. detém 100% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2018.

Foram constituídas prestações suplementares no montante de 1.800.000 EUR realizadas pelo acionista único – RAR – Sociedade de Controle Holding, S.A..

A rubrica "Reservas de reavaliação" resulta da reavaliação do ativo fixo tangível efetuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos acionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital da empresa ou em situações específicas na legislação.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

19. OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2018 os outros empréstimos obtidos tinham o seguinte detalhe:

		31.12.18		
	Valor nominal da emissão	Corrente	Não corrente	Juros e comissões
Papel comercial	1.500.000	1.500.000	-	(638)

O valor nominal apresentado corresponde ao saldo em dívida. O valor contabilístico corresponde ao valor nominal da dívida deduzido dos custos associados à estrutura de financiamento e dos juros.

De acordo com as condições dos contratos, as emissões podem ser efetuadas até um ano, até ao limite dos montantes contratados, tendo as instituições financeiras, assumido a garantia de colocação integral de cada emissão a efetuar no âmbito dos referidos contratos de programa.

É intenção do Conselho de Administração utilizar os montantes emitidos no final do corrente ano, conforme referido acima, por um período inferior a doze meses.

O valor contabilístico do papel comercial corresponde ao valor nominal da dívida deduzido dos custos associados à estrutura de financiamento, diferidos até à maturidade do programa.

Nas demonstrações dos fluxos de caixa os valores respeitantes a pagamentos e recebimentos destes empréstimos estão refletidos por programa.

20. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Montantes a pagar por locações financeiras:				
2017	-	66.131	-	63.941
2018	68.277	58.623	66.602	57.394
2019	54.964	45.309	54.082	44.768
2020	36.396	26.587	36.026	26.448
2021	14.224	4.509	14.104	4.500
2022	5.343	-	5.334	-
	179.204	201.159	176.148	197.051
Juros futuros	(3.057)	(4.108)	-	-
	176.147	197.051	176.148	197.051
Componente de curto prazo			(66.602)	(63.941)
Credores por locações financeiras – líquidos da parcela de curto prazo			109.546	133.110

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

Em 31 de dezembro de 2018, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

No quadro acima entende-se que a diferença entre os pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras) e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras excluindo o montante de juros) corresponde ao valor de juros a pagar.

Os contratos de locação financeira respeitam essencialmente a equipamento de transporte.

21. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os empréstimos bancários obtidos tinham o seguinte detalhe:

Entidade financiadora	Limite	31.12.18		Limite	31.12.17	
		Montante utilizado			Montante utilizado	
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
Descobertos bancários		(6.949.390)	-		(922.817)	-
		(6.949.390)	-		(922.817)	-

22. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da empresa.

	31.12.18	31.12.17
Fornecedores, conta corrente	27.882.411	38.808.255
Fornecedores, faturas em receção e conferência	511.732	178.539
	<u>28.394.143</u>	<u>38.986.794</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a antiguidade dos saldos a pagar a fornecedores é como segue:

	31.12.18	31.12.17
Até 3 meses	6.088.379	20.379.967
Entre 3 e 4 meses	4.143.110	277
Há mais de 4 meses	18.162.654	18.606.550
	<u>28.394.143</u>	<u>38.986.794</u>

23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (PASSIVO)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	31.12.18	31.12.17
Imposto sobre o rendimento	22.781	73.709
Imposto sobre o valor acrescentado	-	95.353
Contribuições para a segurança social	48.265	51.491
	<u>71.046</u>	<u>220.553</u>

24. OUTROS CREDITORES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Outros credores" tinha a seguinte composição:

	31.12.18	31.12.17
Empresas do Grupo (nota 28)	48.641	1.895.058
Fornecedores Imobilizado	-	472.119
Outros credores	29.254	90.595
	<u>77.895</u>	<u>2.457.772</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a antiguidade destes saldos a pagar é como segue:

	31.12.18	31.12.17
Saldo não vencido	77.895	2.455.678
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	-	2.094
Entre 90 e 180 dias	-	-
Há mais de 180 dias	-	-
	<u>77.895</u>	<u>2.457.772</u>

25. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.18	31.12.17
Acréscimos de gastos:		
Gastos com o pessoal	463.280	357.676
Trabalhos especializados	6.337	5.600
Encargos financeiros a pagar	2.931	8.440
Outros fornecimentos e serviços externos	204.046	104.171
Descontos de quantidade (<i>rappel</i>)	284.972	169.623
Outros	90.064	111.366
	<u>1.051.630</u>	<u>756.876</u>
Rendimentos diferidos:		
Outros proveitos diferidos	109.331	66.629
	<u>109.331</u>	<u>66.629</u>
	<u>1.160.961</u>	<u>823.505</u>

26. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas de imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Redução	Saldo final
	31.12.17				31.12.18
Perdas de imparidade acum. em inventários (nota 12)	10.192	-	-	-	10.192
Perdas de imparidade acum. em clientes (nota 13)	500.410	10.100	-	-	510.510
Perdas de imparidade acum. em outras dív. de terceiros (nota 15)	112.708	17.119	(108.512)	-	21.315
Provisões para outros riscos e encargos	3.212	-	-	-	3.212
Perdas de imparidade acum. em invest. em empresas participadas (nota 9)	514.040	-	-	-	514.040
Perdas de imparidade acum. em invest. em empresas associadas (nota 8)	2.635.703	-	-	-	2.635.703
	<u>3.776.265</u>	<u>27.219</u>	<u>(108.512)</u>	<u>-</u>	<u>3.694.972</u>

27. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As responsabilidades por garantias prestadas, que não figuram na demonstração da posição financeira durante os exercícios de 2018 e 2017 podem ser detalhados como segue:

	2018	2017
Garantias prestadas:		
Autoridade Tributária e Aduaneira	3.325.767	3.326.864
Direção Geral de Impostos	179.509	179.509
Tribunal do Trabalho	8.872	8.872
	<u>3.514.148</u>	<u>3.515.245</u>

Adicionalmente é de referir que, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Empresa não tinha assumido compromissos não refletidos na demonstração da posição financeira.

28. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2018 e 2017 podem ser detalhados como segue:

Transações	Vendas/ prestações de serviços/rendimentos suplementares		Compras e serviços obtidos	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	242.410	293.640	-	-
Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.	-	22.142	301.851	330.148
COMP-RAR – Central de compras, S.A.	-	1.363	22.266	26.472
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	732.069	713.005	4.443.705	3.673.183
RAR Imobiliária, S.A.	-	-	1.594.291	1.664.240
Colep Portugal, S.A.	-	36.384	-	-
RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.	-	-	-	1.560
SIEL, SGPS, S.A.	-	-	-	4.541
RAR – Serviços de Assistência Clínica, Lda.	-	10	54.080	64.466
	<u>974.479</u>	<u>1.066.544</u>	<u>6.416.193</u>	<u>5.764.610</u>

Transações	Juros debitados		Juros suportados	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.	-	-	93.976	323.636
Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.	-	397	-	-
	<u>-</u>	<u>397</u>	<u>93.976</u>	<u>323.636</u>

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	25.042	53.207	-	-
Centrar – Centro de Serv. Gestão, S.A.	1.808	436	56.070	31.205
COMP-RAR - Central de compras, S.A.	272	172	4.565	5.427
Colep Portugal, S.A.	2.935	1.409	-	-
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	231.708	155.232	618.226	283.090
RAR Imobiliária, S.A.	-	-	-	150
RAR – Serv. Assistência Clínica, Lda.	-	-	18.411	20.568
SIEL, SGPS, S.A.	-	-	-	5.585
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	-	-	1.251	1.600
	261.765	210.456	698.523	347.625

Saldos	Empréstimos obtidos		Empréstimos concedidos	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	-	1.750.000	-	-
Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.	-	-	-	3.500
	-	1.750.000	-	3.500

Saldos	Outras dívidas a receber		Outras dívidas a pagar	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.	-	115	-	-
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	-	-	48.641	145.058
SIEL, SGPS, S.A.	6.483.542	5.861.752	-	-
	6.483.542	5.861.867	48.641	145.058

Empréstimos obtidos:	Saldo	Aumentos	Diminuições	Saldo
	31.12.17			31.12.18
RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.	1.750.000	25.000.000	(26.750.000)	-
	1.750.000	25.000.000	(26.750.000)	-

Empréstimos concedidos:	Saldo	Aumentos	Diminuições	Saldo
	31.12.17			31.12.18
Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.	3.500	-	(3.500)	-
	3.500	-	(3.500)	-

A remuneração do pessoal chave pode ser decomposta como segue:

	31.12.18	31.12.17
Remuneração fixa	83.440	71.520
Remuneração variável	34.504	69.781
	117.944	141.301

29. DESAGREGAÇÃO DA RECEITA DA EMPRESA DE CONTRATOS COM CLIENTES

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios de 2018 e 2017 foram como segue:

	31.12.18	31.12.17
Vendas:		
Mercado interno	21.706.120	26.086.154
Mercado intracomunitário	34.283.627	48.108.184
	<u>55.989.747</u>	<u>74.194.338</u>
Prestações de serviços:		
Mercado interno	1.676	7.475
Mercado intracomunitário	-	-
	<u>1.676</u>	<u>7.475</u>
Rédito total de contratos com clientes	<u>55.991.423</u>	<u>74.201.813</u>

Saldos de contratos com clientes:

	31.12.18	31.12.17
Clientes	6.947.281	10.806.865
	<u>6.947.281</u>	<u>10.806.865</u>

Direitos de devolução de ativos e reembolso de passivos:

	31.12.18	31.12.17
Rappel	284.972	169.623
	<u>284.972</u>	<u>169.623</u>

Obrigações de desempenho:

A obrigação de desempenho é satisfeita na entrega dos produtos e o pagamento é geralmente devido entre 30 a 120 dias a partir da entrega.

Alguns contratos fornecem aos clientes o direito de devolução e descontos de volume que dão origem a contraprestação variável sujeita a restrição.

30. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros rendimentos operacionais nos exercícios de 2018 e 2017 é a seguinte:

	31.12.18	31.12.17
Ganhos suplementares	936.231	786.534
Ganhos na alienação de ativo fixo tangível	11.312	3.993
Diferenças de câmbio favoráveis	2.206	275
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.923	1.936
Outros	99.862	93.410
	<u>1.051.534</u>	<u>886.148</u>

31. GASTO DAS VENDAS E VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Os gastos das vendas, nos exercícios de 2018 e 2017, foram determinados como se segue:

	2018		2017	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	192.490	11.670.952	159.256	23.396.942
Compras	15.841.596	22.110.655	3.068.381	42.234.475
Saldo final	131.897	8.246.003	192.490	11.670.952
Perdas de imparidade (nota 26)	-	-	-	-
Gasto do exercício	15.902.189	25.535.604	3.035.147	53.960.465

A rubrica "Variação da produção" nos exercícios de 2018 e 2017 pode ser detalhada como segue:

	2018			2017		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Saldos iniciais	769.238	-	515.062	4.796.079	-	4.498.574
Regularização de inventários	(38.609)	-	-	(394.403)	-	-
Saldos finais	740.134	-	270.220	769.238	-	515.062
	(9.505)	-	244.842	3.632.438	-	3.983.512

32. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios de 2018 e 2017, pode ser detalhada como segue:

	31.12.18	31.12.17
Outros fluidos	4.444.168	3.673.183
Rendas e alugueres	1.919.317	2.085.234
Transportes de mercadorias	1.261.457	1.562.542
Electricidade	820.446	857.381
Conservação e reparação	730.905	1.002.497
Trabalhos especializados	654.759	650.841
Outros fornecimentos e serviços	682.096	613.376
Água	506.006	445.542
Seguros	144.627	137.557
Subcontratos	593.201	379.846
Deslocações e estadas	66.855	72.249
Combustíveis	556.070	38.578
Publicidade e propaganda	24.117	30.472
Honorários	3.920	20.100
Comunicação	16.192	16.846
	12.424.136	11.586.244

33. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos exercícios de 2018 e 2017 é a seguinte:

	31.12.18	31.12.17
Remunerações órgãos sociais	111.944	141.301
Remunerações do pessoal	1.961.703	1.992.304
Encargos sobre remunerações	458.665	467.387
Seguros	22.248	25.976
Encargos com saúde	96.765	100.478
Indemnizações	37.149	86.080
Outros gastos com pessoal	261.277	285.597
	2.949.751	3.099.123

Durante os exercícios de 2018 e 2017 o número médio do pessoal foi de 109 e 118, respetivamente.

34. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

A rubrica "Outros gastos operacionais" nos exercícios de 2018 e 2017 pode ser detalhada como segue:

	31.12.18	31.12.17
Imposto sobre o valor acrescentado	8.708	9.260
Imposto municipal sobre imóveis	1.999	1.969
Imposto selo	30.196	41.240
Taxas e licenças	339.996	310.376
Quotizações	25.268	42.449
Ofertas	37.861	42.166
Multas e penalidades	278	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	520	4.337
Serviços bancários	99.169	102.478
Outros	764	19.593
	544.759	573.868

35. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	31.12.18	31.12.17
Gastos e perdas		
Juros suportados:		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	169.702	426.445
Relativos a contratos de locação financeira	2.554	3.689
Relativos a papel comercial	22.010	22.248
Relativos a operações financeiras	66.496	78.750
Relativos a empréstimos empresas do Grupo	86.941	43.283
Outros	-	-
	<u>347.703</u>	<u>574.415</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	2.410	5.448
Outros gastos e perdas financeiras	<u>159.713</u>	<u>180.634</u>
	509.826	760.497
Resultados financeiros	<u>(504.979)</u>	<u>(758.918)</u>
	<u>4.847</u>	<u>1.579</u>
Rendimentos:		
Juros obtidos		
Relativos a empréstimos empresas do Grupo	214	442
Diferenças de câmbio favoráveis	<u>4.633</u>	<u>1.137</u>
	<u>4.847</u>	<u>1.579</u>

36. RESULTADOS RELATIVOS A EMPRESAS ASSOCIADAS

Os resultados relativos a empresas associadas têm a seguinte composição:

	31.12.18	31.12.17
Perda de imparidade:		
Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.	-	(1.365.836)
Sinaga, S.A.	-	-
Dividendos:		
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	365.500	494.000
Acembex – Comércio e serviços, Lda.	<u>28.163</u>	<u>27.500</u>
	<u>393.663</u>	<u>(844.336)</u>

37. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são detalhados como segue:

	31.12.18	31.12.17
Imposto corrente	(596.956)	(1.464.076)
Imposto diferido (nota 10)	(292.213)	(5.711)
	<u>(889.169)</u>	<u>(1.469.787)</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto do exercício é como segue:

	31.12.18	31.12.17
Resultado antes de impostos	(2.336.634)	(7.784.574)
Outras variações	-	-
	<u>(2.336.634)</u>	<u>(7.784.574)</u>
Taxa nominal de imposto	21%	21%
Imposto esperado	(490.693)	(1.634.761)
Diferenças permanentes	(57.623)	211.016
Impostos diferidos registados	(292.213)	(5.711)
Benefícios fiscais	(65.853)	(67.856)
Tributação autónoma	17.213	31.067
Insuficiência de estimativa para imposto	-	(3.542)
Imposto sobre o rendimento	<u>(889.169)</u>	<u>(1.469.787)</u>
Diferenças permanentes:		
Provisões não dedutíveis	-	1.365.836
Amortizações e depreciações não aceites fiscalmente	277.487	318.235
Eliminação da dupla tributação dos lucros distribuídos	(393.663)	(521.500)
Benefícios fiscais	(156.514)	(166.017)
Outros	(1.706)	8.286
	<u>(274.396)</u>	<u>1.004.840</u>
Taxa nominal de imposto	21%	21%
Diferenças permanentes	<u>(57.623)</u>	<u>211.016</u>

RETGS

Pelo facto da Empresa estar integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (acionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS), registou-se em imposto sobre o rendimento no exercício de 2018, o montante de 621.575 euros, por contrapartida de conta a receber da SIEL, SGPS, S.A., relativamente ao seu contributo para o apuramento do lucro do grupo fiscal.

38. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação do exercício foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.12.18	31.12.17
Resultado:		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	(1.447.465)	(6.314.787)
Resultado para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	<u>(1.447.465)</u>	<u>(6.314.787)</u>
Número de ações:		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	5.000.000	5.000.000
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	<u>5.000.000</u>	<u>5.000.000</u>

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de dezembro de 2018 não ocorreram factos relevantes para apresentação.

40. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 01 de março de 2019, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

41. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Empresa tem vindo a incorrer em despesas de Investigação e Desenvolvimento ("I&D") as quais, no seu entendimento, são suscetíveis de serem elegíveis no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial ("SIFIDE"), previsto na Lei n.º 40/2005, de 3 de agosto, entretanto alterada pela Lei n.º 10/2009, de 10 de março. Neste sentido, a Empresa formalizou a submissão de várias candidaturas ao referido sistema de incentivos tendo, para o efeito, apurado um montante global de despesas em atividades de I&D e um crédito fiscal, expresso na tabela infra apresentada (valores expressos em Euro):

Ano	Despesas I&D	Crédito fiscal
2010	362.665	117.866
2011	201.175	66.682
2012	195.929	63.674
2013	228.799	88.485
2014	207.129	67.317
2015	202.624	68.853
2016	233.867	90.502
2017	233.949	83.885

Por fim, no que respeita ao exercício de 2018, a Empresa encontra-se, de igual modo, a preparar uma candidatura ao sistema de incentivos supra referido, contudo, ainda não foi apurado o valor da despesa de I&D suportada, nem a estimativa do benefício fiscal correspondente. Não obstante,

a Empresa prevê finalizar o processo de candidatura até à data da submissão da Declaração de IRC (Modelo 22) relativa ao exercício de 2018, pelo que o valor do benefício fiscal que venha a ser solicitado deverá ser posteriormente reportado no Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados de 2019.

Porto, 01 de março de 2019

O Conselho de Administração

João Alberto de Lima Martins Pereira

João Miguel Gerales da Silva Carvalho

Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de RAR - Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 41.836.954 euros e um total de capital próprio de 2.904.711 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.447.465 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de RAR - Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

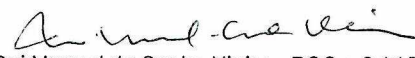
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 22 de março de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a atividade da RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A., durante o exercício de dois mil e dezoito, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Acompanhámos os trabalhos desenvolvidos pela Ernest & Young Audit & Associados – SROC, SA., no exercício das suas funções de revisor oficial de contas e tomámos conhecimento das respetivas conclusões de auditoria.

Apreciamos o relatório de gestão e as contas do exercício e fiscalizámos o processo de preparação e divulgação da informação financeira.

Analisámos a certificação legal das contas, que aqui se dá por reproduzida, cujo teor é de nossa concordância.

Tudo considerado, somos de parecer que a assembleia geral anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2018, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 25 de março de 2019

O Conselho Fiscal


- Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (Presidente)


- António Gerardo Pinheiro de Oliveira


- Susana Maria de Jesus Pereira